

PASSOS TRILHADOS NO RIO DE JANEIRO



Exercício de Sistematização do FCP/RJ

Rio de Janeiro



PASSOS TRILHADOS NO RIO DE JANEIRO



Exercício de
Sistematização
do FCP/RJ

Rio de Janeiro

Belo Horizonte, 2012



Expediente

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministério do Trabalho e Emprego

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Carlos Daudt Brizola

Secretário Executivo

Paulo Roberto dos Santos Pinto

Secretaria Nacional de Economia Solidária

Secretário Nacional de Economia Solidária

Paul Israel Singer

Secretário Adjunto

Roberto Marinho Alves da Silva

Chefe de Gabinete

Daniela Gomes Metello

Diretor do Departamento de Estudos e Divulgação

Valmor Schiochet

Diretor do Departamento de Fomento à Economia Solidária

Manoel Vital de Carvalho Filho

Coordenadora Geral de Promoção e Divulgação

Regilane Fernandes da Silva

Coordenador Geral de Comércio Justo e Solidário

Antônio Haroldo Pinheiro Mendonça

Coordenador Geral de Fomento à Economia Solidária

Ary Moraes Pereira

União Brasileira de Educação e Ensino – UBEE
Instituto Marista de Solidariedade – IMS

Diretor-Presidente

Wellington Mousinho de Medeiros

Diretor Vice-Presidente

José Wagner Rodrigues da Cruz

Diretor-Secretário

Ataide José de Lima

Diretor-Tesoureiro

José Augusto Alves

Diretores Conselheiros

Adalberto Batista Amaral

Ataide José de Lima

Renato Augusto da Silva

Superintendente de Organismos Provinciais

Humberto Lima Gondim

Superintendente de Operações Centrais

Artur Nappo Dalla Libera

Superintendente Socioeducacional

Dilma Alves Rodrigues

Gerente Social

Cláudia Laureth Faquinote

Coordenação IMS

Shirlei A. A. Silva

Equipe responsável pela execução do CEFES-SE

Carmen Regina Teixeira Gonçalves

Ellen Cristina de Paula Vidal

Fabiana Teixeira Eustáquio Azeredo dos Santos

Rizoneide Souza Amorim

Roseny de Almeida

Sérgio Augusto de Rezende

Wilson Roberto Fernandes



“O Rio de Janeiro continua lindo!!!”

Agradecimento

Em nome do Instituto Marista de Solidária, a nossa gratidão a toda a gente do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, militantes, amigas e amigos da Economia Solidária do Rio de Janeiro, em especial a cada trabalhador e trabalhadora da Economia Solidária, que dedicou seu tempo, esforço e pensamento para a construção dos coletivos de educadoras e educadores.

Nosso agradecimento, pois temos certeza de que foram muitos os momentos que vocês deixaram os seus afazeres na certeza de que juntos somos mais e melhores. Foi com a colaboração de cada uma e de cada um de vocês que vencemos os nossos limites e que construímos processos educativos, participativos, autogestionários e profundamente solidários. Nosso muito obrigada(o)!!!

Rizoneide Souza Amorim
Analista de Referência

Shirlei A. A. Silva
Coordenadora IMS

Wilson Roberto Fernandes
Coordenador CFES/SE

Introdução

Em todas as nossas experiências, ao longo da vida, produzimos saberes, “saberes de experiência feitos”, como nos disse Paulo Freire. Quer dizer, saberes que se constroem a partir da necessidade cotidiana de nossas relações individuais e coletivas imediatas, saberes que adquirimos a partir da nossa intervenção no mundo, que se consolidam em nossas práticas e geram novos saberes. Isso acontece o tempo todo, mas como ocorre de modo não intencional, raramente notamos... Por isso, para entendermos como esses “saberes de experiência feitos” se constituem, precisamos reconhecer, do modo mais completo possível, como as nossas ações, que constroem esses saberes no dia a dia, acontecem.

A metodologia da “Sistematização de Experiências” foi pensada com essa intenção de nos ajudar a refletir sobre como nossas experiências produzem conhecimentos. Assim, a partir do registro de práticas e memórias, podemos sistematizar nossas ações cotidianas, os acontecimentos nos quais participamos, os processos nos quais nos envolvemos, organizando esses conhecimentos de forma reflexiva, contribuindo para que possamos utilizá-los em outros momentos.

Nesse sentido, “Sistematizar Experiências” é um processo que nos mobiliza, que exige um envolvimento. Nesse tipo de sistematização, precisamos descrever, reconstruir, interrogar e interpretar a experiência que tivemos, mas, principalmente, precisamos aprender com ela. Ao longo desse percurso, podemos chegar a conclusões sobre a experiência vivida que serão a base de nossas futuras ações. Podemos tomar distância crítica do que vivemos e dar outros significados aos acontecimentos, descobrir mais do que foi vivido e ampliar a nossa percepção sobre os fatos.

A prática da “Sistematização de Experiências” precisa ser incorporada ao nosso cotidiano para que possa ser feita de maneira contínua, recorrente. Caso contrário, ela perde o seu sentido mais transformador, que é o de gerar aprendizagem sobre as nossas ações. Por isso, ela não pode se dar de forma pontual, isolada. Para fazer sentido, o primeiro passo é adquirir o hábito de refletir e assim registrar as nossas vivências. Isso demanda de nós a abertura para rever nossos conceitos, transformar as atitudes, e compreender que a vida está em constante movimento.

Visando tornar isso uma realidade na vida das pessoas e dos movimentos que participam do projeto CFES-SE, no período de 2008 a 2012, foram desenvolvidas várias atividades de caráter formativo focando o tema da “Sistematização de Experiências”, compreendendo que essa metodologia, devidamente apropriada pelos grupos, se torna uma ferramenta fundamental dos movimentos sociais para repensar os caminhos de forma muito mais qualificada, ou simplesmente mudar as estratégias para conquistar o nosso lugar nesta sociedade desigual.

Assim, a série de quatro publicações – uma de cada estado da Região Sudeste – tem como objetivo socializar produtos construídos pelos educadores e educadoras no contexto de apropriação de metodologias de “Sistematização de Experiências”. Durante esse processo, o desafio de se apropriar da metodologia foi assumido pelos coletivos estaduais, que deveriam escolher e sistematizar uma experiência vivenciada. Mas o processo não foi linear, os coletivos estaduais passaram por várias reflexões até chegarem ao consenso do que fazia sentido sistematizar e como operacionalizar a sistematização.

Entendendo que os caminhos são múltiplos, os quatro textos publicados, embora sobre temáticas diversas, foram produzidos no contexto de formação e de experimentação sobre o uso de metodologias de Sistematização de Experiências.

O texto **“Desenvolvimento Local Sustentável e Solidário – DLSS: Outra economia é necessária e urgente!”** foi coordenado pelo Fórum Mineiro de Economia Solidária. O Plano de Sistematização do Estado de Minas Gerais originalmente objetivava analisar as práticas educativas do CFES – Sudeste, resgatando seus aspectos metodológicos para perceber as mudanças ocorridas na ação e reflexão dos(as) formadores(as), oriundos(as) dos três segmentos que compõem a Economia Solidária (Empreendimentos Econômicos Solidários, Gestores Públicos e Entidades de Apoio e Fomento), no âmbito do Fórum Mineiro de Economia Solidária. Mas o Plano de Sistematização não foi executado. Por outro lado, estava em curso um interessante processo de produção coletiva que, tendo acontecido concomitantemente ao processo de formação em Sistematização de Experiências e tendo agregado as mesmas pessoas nos dois processos, foi sendo influenciado pelas aprendizagens que ocorriam tanto num quando noutro. E o resultado apresentado é o texto intitulado **“Desenvolvimento Local Sustentável e Solidário – DLSS: Outra economia é necessária e urgente!”**, iniciado em janeiro de 2011. Vale lembrar que o texto apresentado não segue as orientações metodológicas de sistematização, pautadas nas formações promovidas pelo CFES-SE. Por outro lado, expressa um importante processo de produção coletiva de conhecimento.

O texto **“O Cordel”** é um dos resultados produzidos no contexto de implementação do Plano de Sistematização do Estado do Espírito Santo. Ele tinha como objetivo analisar o processo de reestruturação do Fórum de Economia Solidária, mas foi sofrendo alterações com o tempo, afinal o Plano era muito mais ousado do que a capacidade de execução da equipe de educadores e educadoras. No entanto, ao longo desse tempo as pessoas envolvidas com a formação acumularam muitos aprendizados, novas metodologias utilizadas por outros parceiros e ferramentas de sistematização.

O texto **“Autogestão em Redes: os Educadores e as Educadoras da Economia Solidária no Estado de São Paulo”** é o registro do processo de sistematização implementado naquele estado, cujo objetivo foi refletir e explicitar as contribuições do processo de formação na construção da rede de formadores e formadoras de Economia Solidária, mas o plano inicial previa a sistematização da experiência de um grupo de artesanato da Praça da República, o que se mostrou inviável. Por isso, o grupo decidiu que a melhor estratégia seria sistematizar os próprios cursos estaduais previstos no projeto CFES no estado de São Paulo, garantindo espaço dentro da programação dos cursos para que o grupo de sistematização se reunisse e apresentasse para o restante do coletivo de formação suas decisões e resultados dessa construção.

O texto que está em suas mãos, **“Passos Trilhados no Rio de Janeiro - Exercício de Sistematização do FCP/RJ”**, conta o processo vivenciado pelo Coletivo Fluminense na implementação de seu plano de sistematização, que tinha como foco resgatar a caminhada do Fórum de Cooperativismo Popular (FCP).

O trabalho foi produzido a partir de entrevistas com os militantes do FCP, pessoas e entidades que estiveram participando desde a década da criação e da construção do Fórum Estadual. Foram utilizados também os materiais gerados nas atividades formativas do Projeto CFES-SE, período de 2008 a 2012, e ainda resgatados documentos de posse dos militantes da Economia Solidária que estiveram nessa construção.

O que procuramos registrar nessas publicações são marcas de uma caminhada que não se iniciou nem terminou com mais esse passo. Olhando para todo o processo, é possível afirmar que conseguimos alcançar o objetivo de pensarmos sobre nossas experiências procurando

aprender com elas. Assim, realizar as sistematizações propostas, com todos os atropelos e potencialidades que encontramos na Região Sudeste, foi um processo novo para os militantes de Economia Solidária. Estamos agora começando novos tempos. Após reconhecido o terreno, é hora de avançar na organização da Rede de Educadores e Educadoras. Esses temas, claro, continuarão presentes, mas em outro patamar: com um grupo de pessoas compreendendo o significado de cada uma dessas estratégias, será mais fácil, assim, seguir em frente, rumo ao projeto de construção de uma nova sociedade, justa e igualitária.





Passos Trilhados no Rio de Janeiro Exercício de Sistematização do FCP/RJ

O exercício proposto para uma possível sistematização de experiências do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro – FCP trata-se de uma pesquisa documental de caráter descritivo em que as fontes foram as mais diversificadas, como, por exemplo, o material gerado a partir dos Encontros do Coletivo do Centro de Formação em Economia Solidária do Estado do Rio de Janeiro no período de 2008 a 2012; entrevistas com pessoas e entidades que estiveram presentes participando desde a década de construção do Fórum Estadual, procurando uma forma alternativa de contribuir para a criação de um mundo melhor – “Um outro mundo é possível”, além de outros documentos encontrados em bibliotecas, documentos em posse de militantes e de pessoas que estiveram nessa construção/caminhada.

Conjuntura da Economia Solidária no período de 1996 a 2010

Dados obtidos através das informações nos encontros

Para pensar a caminhada do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, é necessário relembrar fatos importantes tanto para a história de nosso país quanto de nosso estado. Ao longo dessa década, uma vez que esses fatos contribuíram para o processo de construção desse movimento.

Segundo estudo realizado pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, pode-se observar que:

“A década de 90 tem se caracterizado como um dos mais importantes pontos de inflexão na história econômica brasileira. Partindo de uma economia fechada ao fluxo de comércio e de capitais internacionais, com grande presença do Estado como produtor de bens e serviços e uma crescente tendência inflacionária, o Brasil caminhou para uma economia aberta, com redução da proteção comercial e liberalização dos fluxos de capitais, redução da presença do Estado como produtor de bens e serviços, através do processo de privatização, culminando com um programa de estabilização baseado em uma âncora cambial e respaldado pela abertura comercial e financeira. Como não poderia deixar de acontecer, esses desenvolvimentos, em nível macroeconômico, tiveram fortes reflexos sobre o desempenho do mercado de trabalho, que continuam a se propagar no final dos anos 90. Redução do emprego industrial e aumento da proporção de trabalhadores informais, combinado a crescimento do rendimento real dos trabalhadores e do emprego nos setores comércio e serviços, são alguns desses reflexos.”

Mercado de trabalho nos anos 90: Fatos estilizados e interpretações – RJ/2000
Marcelo Neri/José Márcio Camargo/Maurício Cortez Reis

Com a chegada do novo milênio, renova-se a esperança por dias melhores. E é nessa perspectiva que a primeira década é marcada por grandes

acontecimentos que afetaram diretamente o Movimento de Economia Solidária.

O ano de 2001 é marcado pela primeira edição do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre(RS) onde o principal objetivo foi promover “... um espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo.”

Após essa primeira edição, esse movimento se configurou como um processo mundial e permanente, permitindo a realização de outras edições nos anos seguintes e em outros países.

Em 2003, após diversas tentativas, o então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva chega ao posto mais alto do executivo brasileiro, torna-se Presidente da República. Nesse momento, boa parte da sociedade civil organizada deposita nele a confiança de que estávamos caminhando para um Brasil melhor.



Com Lula na Presidência, o Brasil entra numa era de grandes investimentos na área social, principalmente nos programas que visam a transferência de renda. Nessa perspectiva, cria-se o Bolsa Família, no qual são unificados todos os Programas de Transferência de Renda criados durante o governo FHC. Ainda no campo social, é criado o Talher Nacional, cujo objetivo inicial era de desenvolver ações, principalmente no campo da educação junto às famílias em situação de vulnerabilidade social. Facilitando seu acesso às políticas públicas ao mesmo tempo que promovia a sua consciência crítica. Para desenvolver essas ações, no mesmo ano cria-se a Rede de Educação Cidadã – Recid. Hoje a Recid vai além desse papel, ela articula diversos movimentos sociais.

Além disso o Governo investe em outras ações, como o Projeto Brasil Local (2008), com o objetivo de discutir a geração de trabalho e renda por meio da Economia Solidária, e o Plano Setorial de Qualificação – Planseq (2006-2010), com o objetivo de fornecer qualificação profissional para os beneficiários do Bolsa Família. Pensando no meio rural, são instituídos o Programa Aquisição de Alimentos – PAA. Criado em 2003, o programa tem como objetivo garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, criado em 1955, passa por significativas reformulações durante o governo petista.

Esse governo ainda investiu em grandes obras estruturais, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

No campo educacional, destaca-se a criação do Exame Nacional do Ensino Médio, que por sua vez favorece a criação do Programa Universidade para Todos – ProUni e intensifica o debate em torno do sistema de cotas raciais para as universidades públicas.

Na discussão de gênero, destaca-se a aprovação da Lei Maria da Penha, em agosto de 2006.

O governo Lula ainda é marcado pelos escândalos do Mensalão, porém esse não foi um fato que impedisse sua reeleição em 2006.

Em 2006 eleito o novo Governo do Estado do Rio de Janeiro os grandes eventos esportivos passam a ter prioridade. Os Jogos Pan-Americanos, realizados em 2007, a indicação do Rio de Janeiro como uma das cidades-sede para Copa do Mundo em 2014 e como sede das Jogos Olímpicos em 2016.

Outros aspectos entram na pauta de discussão do governo do estado são: segurança pública (instalação das Unidades de Policia Pacificadora – UPPs, sendo a primeira na Comunidade Santa Marta – Zona Sul Carioca), e a saúde pública, com a Instalação das Unidades de Pronto Atendimento – UPAs.

Diante dessa conjuntura política e social em que se encontrava o País, o Movimento de Economia Solidária começava a ganhar força no Estado.



O marco para o Movimento de Economia Solidária no Rio de Janeiro é a criação do FCP (Fórum de Cooperativismo Popular). Criado em 1995, o FCP surgiu a partir de inquietações de vários setores da economia do trabalho formal, quando o empresariado acelerou o processo de demissão dos trabalhadores, devido à implementação, aperfeiçoamento e avanço da tecnologia. As demissões, hoje denominadas de desmobilizações, por parte do patronato, aguçaram a classe trabalhadora, inspirada no socialismo, a fazer o enfrentamento ao sistema capitalista. Isso

contribuiu para agregar vários grupos de correntes ideológicas diversas, unindo campo e cidade em torno do mesmo debate, pela garantia da geração de trabalho e renda para o bem-estar dos(as) trabalhadores(as) e de seus familiares.

O I Encontro Estadual do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro acontece em outubro de 1996 no Sesc-RJ de Copacabana, com cerca de 210 participantes, tendo como grupo articulador as entidades – ACPS, Bento Rubião, Capina – Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa, CCAP – Centro de Cooperativas Atividades Populares, Cedac – Centro de Ação Comunitária, Fase – Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional, Pacs – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, Sere e Instituto Victus.

Em 2000, é realizado em Mendes, no Rio de Janeiro, o Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária. Nesse mesmo ano, cria-se o Girassol, a primeira experiência de moeda solidária discutida no FCP.



Em nível nacional, a Economia Solidária tem sua trajetória recente marcada por fortes elementos a partir do I Fórum Social Mundial, em 2001, com a criação do Grupo de Trabalho Brasileiro – GTB, constituído por organizações e redes de uma diversidade de práticas e segmentos da Economia Popular e Solidária: campo, cidade, práticas diminutas, práticas complexas, igreja, instituições sindicais, universidades, movimentos sociais populares, instituições governamentais, instituições de apoio e fomento, instituição de crédito e microcrédito, práticas de redes de informação e vínculos às bases nacionais e internacionais. Nesse mesmo ano, cria-se como instrumentos de comunicação do Movimento o Cirandas.net, o e-solidária e o Mamulengo.

Nesse contexto, o Estado do Rio de Janeiro estava lá, presente, legitimamente representado! De lá para cá, não se parou mais. Tem sido um aprendizado constante: umas regiões e segmentos têm-se desenvolvido, umas mais outras menos, conforme suas práticas e culturas regionais e/ou locais. O importante é continuar o debate de forma prática e democraticamente necessária.

Daí para frente, a Economia Solidária se fortalece com a I Plenária Nacional, realizada em dezembro de 2002, em São Paulo, que iniciou o debate sobre uma Plataforma, uma Carta de Princípios e a criação de um Fórum Nacional de Economia Solidária, hoje FBES. Na ocasião, tirou-se a carta com uma pauta de reivindicações, entregue a Lula – candidato eleito à Presidência da República que, posteriormente, veio criar a Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes, em 2003. O mesmo decreto que cria a Senaes institui o Conselho Nacional de Economia Solidária, que entra em funcionamento efetivo em 2006. No Rio de Janeiro, realiza-se a Plenária de Economia Solidária na PUC e cria-se o TrokEteia a fim de contribuir com a comunicação estadual.





Em 2005, realiza-se o I Teia, em São Paulo. O Brasil sedia dois Seminários Internacionais de Economia Solidária. No Rio de Janeiro, é realizado o I Festival de Economia Solidária. Esse evento se repete nos anos de 2006, 2007 e 2010. Vale destacar que a edição de 2010 foi utilizada moeda social; e o Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas executa a primeira edição Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas executa a primeira edição do Mapeamento Nacional de Economia Solidária. A segunda edição desse mapeamento é realizada em 2007, agora executada pelo Cedac – Centro de Ação Comunitária.



O ano de 2006 é marcado pela realização da I Conferência de Economia Solidária. Além disso, cria-se a Casa da Confiança, com o objetivo de promover a discussão de finanças solidárias no Rio de Janeiro.

Com a ampliação do diálogo com o poder público, observa-se um aumento de estruturas de governo que promovem e fomentam a temática de Economia Solidária.

No Rio, pode-se observar a criação do Centro de Referência de Economia Solidária de Mesquita, em 2007; a criação da Seção de Economia Solidária na Superintendência Regional do Trabalho; a criação de secretarias, coordenadorias, departamentos, como, por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, Teresópolis e Petrópolis. Essa ampliação de diálogo favorece a criação da Rede de Gestores, em 2010.

As universidades também exercem seu papel de produção de conhecimento a fim de aproximar o saber científico cada vez mais do conhecimento popular. Nessa perspectiva, o Núcleo de Solidariedade e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro realiza além de cursos de formação nessa temática, Festivais de Economia Solidária.

Buscando qualificar as ações do Movimento, iniciam-se em 2009 as atividades do Centro de Formação de Economia Solidária, que na Região Sudeste fica sob responsabilidade do Instituto Marista de Solidariedade. O fim da primeira década é marcado pela ampliação da discussão de moeda social. Dessa forma, cria-se o Banco Comunitário da cidade de Silva Jardim.

Convém destacar o importante papel que as Organizações Não-Governamentais/ONGs, tiveram na construção e trajetória do FCP/RJ. Foram em diversos momentos as “financiadoras” das atividades desse Fórum.



As diversas formas de se contar a mesma história

Cartas elaboradas durante algumas atividades de formação

“Eu lembro que participei de algumas reuniões esporadicamente entre 2000 e 2005, participei ativamente a partir de 2006 da preparação da I Conferência de Economia Solidária, especificamente em dois regionais: Baixada, em Duque de Caxias, e Costa Verde, em Angra dos Reis. A partir de 2007, acompanhei mais o processo do FCP, as formações, as reuniões mensais para acompanhar o planejamento, feito para ser implementado pelo Movimento.

Participei da Plenária na PUC, lembro que foi um momento importante para todas as pessoas que estavam fazendo parte da construção.

Participei no Fórum Social Mundial, dos debates, das oficinas, algumas organizadas pelo Cedac, sobre autogestão. Na época, eu trabalhava nessa instituição, a secretaria do FCP também era lá, muitas pessoas passavam por lá e era uma relação muito bonita. Dava para ver que as pessoas se sentiam bem naquele local. Os anos que passei trabalhando ali foram anos de aprendizados.

Bem, continuo participando das atividades do FCP e dando algumas contribuições. Participei ativamente na preparação e realização da II Conferência na região da Baixada Fluminense e saí como delegada para a Conferência Estadual e Nacional.

Em 2010, também teve o V Festival de Economia Solidária Estadual, realizado na Cinelândia, do qual participei contribuindo no processo de formação e organização. Usamos a moeda social chamada SOL e foi um sucesso.

Faço parte do GT de Formação do FCP, é uma pena que os GTs não conseguem se reunir e preparar algo para que a reunião se torne agradável e com um bom conteúdo.

Na gestão passada do FCP, havia alguns momentos difíceis, porém não era relevante em relação a conteúdo da caminhada do Movimento, era até cômico, pois tinha algumas pessoas que implicavam com a lista de presença, as pessoas que apareciam esporadicamente assinavam a lista de visitantes, lógico que não queriam e aí começava a discussão. Nesse momento, foi importante, o Movimento tinha uma mística, as reuniões tinham conteúdo, era um espaço de formação.

O FCP em seus últimos anos vem passando por algumas dificuldades em relação à proposta política para o Movimento, falta de definição estratégica para a condução do Movimento. A fragilidade da secretaria executiva repercute no Movimento. Todos os movimentos têm seus altos e baixos.

O Centro de Formação (CFES) contribuiu muito no processo de Formação do FCP. Foi muito importante para o Movimento no Estado, algumas oficinas conseguiram chegar a alguns lugares bem distantes do centro, às vezes a municípios mais distantes.

O Fórum é um lugar de aprendizado e de troca, tantas coisas bonitas também que acontecem, a partilha, a amizade, o companheirismo, temos que nos fortalecer para ter força de dar volta por cima e não deixar se abater. Então, companheiras, vamos caminhar que a estrada é longa, mas vale a pena lutar.”



“Em 1998, cheguei ao Fórum através da Asplande, que estava nos ajudando a manter a Pão e Vida. O que mais me marcou foi o III Festival de Economia Solidária, em Angra dos Reis, e o Festival da Cinelândia. A IV Plenária. Em 2003, a criação do FBES.”

“Estou escrevendo esta carta para dizer como entrei no Fórum de Cooperativismo Popular.

Em 2006, fui convidado para participar da I Conferência de Economia Solidária do Médio Paraíba, de onde saí delegado para a Estadual e continuei participando do Centro de Formação em Economia Solidária do Sudeste (CFES-SE).”

“Foi feita a II Conferência do Médio Paraíba na cidade de Volta Redonda. O ruim é que muitos companheiros só aparecem nas conferências para saírem delegados quando convém e tem viagem. Acontecem vários cursos e muitos companheiros não aparecem devido à comercialização e seus deveres do dia a dia, um movimento Solidário tem que ser eu e tu (outro), não só eu. Isso é deliberar com o outro, e não para o outro. Participei da construção do Projeto Político-Pedagógico da Recid – Rede de Educação Cidadã, que foi riquíssimo e me ajudou a compartilhar mais o meu saber para Projeto Político-Pedagógico CFES-SE. Hoje estamos na luta para a construção de vários Fóruns, incluindo o de Volta Redonda, cidade onde eu moro.”



“Em 2003, tomei conhecimento de que na PUC (Rio) aconteceria a I Plenária Estadual de Economia Solidária e onde seria escolhidos(as) Delegados(as) para a III Plenária Nacional. Para mim, era muito importante sair delegada pois seria a oportunidade que os artesãos do Estado do Rio de Janeiro teriam de reivindicar o “Projeto Artesão”, coordenado pelo Senac e que Lula havia retirado de execução. Foi lá na plenária que soube que havia reuniões do Fórum Estadual de Cooperativismo Popular. Voltando de Brasília, a 1ª. reunião seria em uma universidade em Santa Cruz. A convite da “Gaúcha”, fui para lá conhecer e pedir desculpas ao grupo por “usar” o espaço e ir ao Ministério do Trabalho falar sobre o Projeto. Nesse dia, acontecia a escolha de dois representantes do FCP o PPA (Plano Pluri Anual do Governo Federal). Eu e Ary (Teresópolis) saímos indicados pelo grupo para representar o FCP.

Desde então, participo do Movimento. Creio na Ecosol, vejo como uma economia séria e creio que num futuro bem próximo será uma alternativa para os fracassados capitalistas.

O Movimento da Ecosol foi e é muito importante para mim. Participei do mapeamento em 2005 e 2007 como supervisora, quando conheci pessoas fantásticas.

Coordenei Planseq 2006|2008 e 2008|2010. Adquiri novos conhecimentos. Participei da III e IV Plenárias, Conferência Temática Nacional, Conferência Regional de Economia Solidária, Conferência Estadual de Economia Solidária e Conferência Nacional de Economia Solidária

Em março de 2010, ajudei a criar o “Fórum Municipal” de Economia Solidária do Rio das Ostras.

Está capenga, porém na luta para fortalecer. O Fórum Estadual também, está precisando, de reestruturar principalmente para nos dar força para a luta diária local.

O CFES veio fazendo formação, não participei de todas, a Formação Política foi ótima e devemos tê-la com profundidade em todos os fóruns.

Aprendi muito com todas(os) as(os) companheiras(os). Sempre fomos um grupo unido. Lembro que em uma reunião Cedac com mais ou menos 45 pessoas com pouco dinheiro, conseguimos comprar um frango, uma quentinha de arroz, outra de farofa, uma penca de bananas e alguns pães e todos almoçamos. No Fórum aprendemos muito e ensinamos o pouco que sabemos.

Saudades das reuniões no Cedac: Dri, Marcos Albuquerque, Marcos arruda, Chico, Rose, Ary, Luiz, João Roberto, Terezinha, João Luiz, Léo, Eugênia. Quanta gente se foi, outros novos vieram! Tenho saudades...

Temos em Rio das Ostras hoje parceria com a prefeitura."



“Escutei falar em Economia Solidária em 2000, na preparação da Conferência Nacional de Assistência Social. Atuando nela, conheci pessoas em Brasília, do sul do Brasil, embora no meu município, no interior do Estado do Rio de Janeiro, não existesse essa prática.

Voltando a morar em Niterói, em janeiro de 2007, procurei me informar e nada encontrei. Quando tive notícias de uma ex-professora da UFF – Universidade Federal Fluminense, Bárbara França, que trabalhava com a Ecosol, entrei em contato e ela me orientou a buscar os fóruns.

Em Niterói, não tinha. E no município mais próximo, em São Gonçalo, também não, e encontrei um homem chamado Urbano. Fui até a DRT – Delegacia Regional do trabalho, hoje SRTE – Superintendência Regional de Trabalho e Emprego, através de uma amiga que participava da diretoria de um sindicato que me apresentou o funcionamento do espaço no térreo da DRT.

Nas reuniões em que comecei a participar, foi falado da ideia da criação do Fórum no Centro, que aconteceu em 10 de outubro 2007. Participei até 2008, quando encontrei no Fórum Estadual o Antonio Oscar, que morava em Niterói e começamos a pensar no fórum Ecosol, em Niterói, que teve início na 4ª reunião em 9 de março de 2009 no Campos Avançado. Participando das reuniões, pude ter o direito de comercializar no espaço onde em cada reunião eram expostos temas de acordo com as necessidades. Fiquei como representante do Fórum Centro no Fórum Estadual. Conhecendo mais a fundo o movimento social da Economia Solidária, que passei desde 2007 a estudar o seu funcionamento, sua estrutura e suas manifestações, decidi me dedicar à formação no município de Niterói, onde encontrei apoio da IEES|UFF – Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária|Universidade Federal Fluminense, coordenada por minhas professoras Maria Lúcia Pontual e Bárbara França.

Em 2009, fui representar o Fórum de Niteroi no CFES e me identifiquei com

o processo de formação. Desde a minha entrada como representante no FCP, tinha uma noção de uma minoria estar por cima das discussões e a maioria só ouvir. Não se dava espaço para os novatos como acontecia nas reuniões do Fórum do Centro, tanto nas falas quanto nas formações no Estado e fora do Estado.”

“Corria o ano de 1999, quando conheci pessoas que trabalhavam na área social, me convidaram para uma reunião numa organização chamada CMPO – Centro de Ação do Movimento Popular. Lá chegando, soube do teor da reunião. Era a criação de uma Cooperativa Popular, que reunia várias pessoas em diversas comunidades, dentro do Estado do Rio de Janeiro. Algo inusitado para a época, nessa reunião tinha companheiros dos Fóruns de Duque de Caxias, São Gonçalo, Alcântara, Campo Grande, Honório Gurgel, Rocinha e outros bairros que não me recordo no momento.

Após um ano de ida e vinda, conseguimos formar um contingente que foi a primeira diretoria eleita em 2000, foi quando começamos outros movimentos com o FCP. Passei a participar ativamente do evento, pois era de suma importância para a ação da cooperativa. Conheci várias pessoas dentro do Movimento em vários Estados trocando várias experiências. Passamos por vários momentos em que eram bem mais marcantes os encontros, de forma itinerante, com um público acima de 40 em pessoas todas as reuniões.

O movimento não tinha o caráter só de comercialização, como é visto nos dias atuais, tínhamos vários GTs. Tínhamos um que era só para acolher os companheiros que vinham pela primeira vez para a reunião. Participamos da formação do Fórum Brasileiro, da Unicafes do Conceito de Feiras de Economia Solidária e de muitos outros processos. Frequentávamos as reuniões, várias ONGs e faculdades, sindicatos como o Sindipetro, Casa da Acolhida. Fazíamos vários eventos, cursos, tanto no local como fora do Estado. Tínhamos uma secretaria mais atuante, pois tínhamos mais recursos para as ONGs que apoiavam vários grupos. Participamos da criação de diversos fóruns e redes. Participei de todas as plenárias e fiquei sem participar da Conferência. Criamos a Unicafes Nacional - União Nacional

das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária. Faço parte da Estadual. Participamos de diversas audiências públicas, ajudamos a formar várias cooperativas, éramos felizes e não sabíamos.”

“Conheci a Economia Solidária em 2003 em um grande evento, na PUC, para o qual fora convidada devido à minha participação em uns momentos comunitários que aconteciam em um grupo indígena, que ficava em uma locação ocupada e apoiada por um movimento ligado à Igreja Católica. Nesse encontro na PUC, tive meu primeiro contato com o que vim a saber que era o Movimento de Economia Solidária. Lá conheci a Margareth, do Rio das Ostras, Marcos Arruda, que foi o animador da roda em que me encontrava, a Adriana, do Cedac, o Robson, do PACs, e o professor Paul Singer. Após esse período, amadurecendo os princípios da Economia Solidária, em maio de 2010, criamos o Fórum de Economia Solidária da Baixada de Jacarepaguá.”

“A participação do GDASI, o Fórum de Economia Solidária de Mangaratiba desde o ano de 2004 na busca de um desempenho melhor, alterando visivelmente a vida de cada um dos artesãos e dos membros das famílias de pescadores, considerando que além das experiências ditas nos encontros, precisamos também de programas e projetos na destinação socioeducativa, incentivando a prática regular do coletivo. Queremos assegurar a parte de recursos de bancos públicos e privados que sejam destinados para a Economia Solidária.

O que não queremos para o Fórum de Mangaratiba.

- 1. Falta de vontade política*
- 2. Objetivos desvirtuados*
- 3. Experiências negativas*
- 4. Culturas centralizadas*

Essas são as questões levantadas sobre nossos desafios, principalmente contra a situação individual dentro do coletivo no Fórum Estadual (FCP).”

“Entre para o Movimento de Economia Solidária, em 2007, depois que eu me aposentei. Na época, morava com minha sobrinha em Edson Passos – Mesquita, antes eu morava em Queimados.

Fiz minha inscrição no Fórum, mas, por falta de informação, só comecei frequentá-lo em 2008, quando recebi as informações certas. Só participei da primeira reunião do FCP em 2009, pois na época não tinha as informações de que as pessoas que entram atualmente para os Fóruns Municipais dispõem.

Participei da primeira reunião fora do Fórum Municipal, no Cedac. Naquele dia, tinha uma confusão muito grande, de pessoas se acusando, umas culpando as outras pela falta de informação a respeito de um evento, que no momento não me recordo qual.

Hoje as reuniões dos Fóruns Municipais são mais abertas, as pessoas dispõem de muito mais informações, pena que a maioria não aproveita essas oportunidades.

Pena que os artesãos de hoje só pensam em comercializar, não se preocupam em participar de formações, seminários, enfim, a parte instrutiva do Movimento.”

Esse foi um exercício de reflexão de nossas vivências, produto das experiências do Rio de Janeiro, que todos nós envolvidos queremos incorporar ao nosso cotidiano para nossas futuras ações, como cidadãos que lutam por um mundo melhor e que precisam rever a cada dia suas atitudes, compreendendo que a vida está em constante mutação.





Ficha Técnica

Instituições parceiras

Rio de Janeiro

Coletivo de Formação do Rio de Janeiro

Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro – FCP/RJ

Texto: Coletivo Estadual de Formação

Organizadoras: Roseny de Almeida, Simone Ribeiro, Carmen Regina Teixeira Gonçalves, Rizioneide Souza Amorim

Entrevistados: Marcos Moises de Albuquerque, Urbano Leite Gonçalves, Antonio Oscar, Leonardo Egito Coelho, Terezinha Pimenta, Maria da Gloria Figueiredo Souza, Maria Iraci Macedo, Adriana Bezerra Cardoso.

Texto da Introdução: Simone Ribeiro e Roseny de Almeida

Revisão de texto: Vanice Araújo

Fotos: arquivo CFES-SE e Coletivo Estadual de Formação

Projeto Gráfico: www.arteemmovimento.org

Coordenação de Arte: Patrícia Antunes

Impressão: Paulinelli Serviços Gráficos Ltda.

Tiragem: 5.000 exemplares



Publicado sob licença Creative Commons - alguns direitos reservados.



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciente.



USO NÃO-COMERCIAL

Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.



PERMITIR A CRIAÇÃO DE OBRAS DERIVADAS

- Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outros os termos da licença desta obra.
- Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que Você obtenha permissão do autor.



Realização:



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Parceria:

